Políticas em educação e pobreza: nos últimos tempos um fator que caracteriza as sociedades de Brasília

XAVIER, Marcelo F.[1]; MINADEO, Roberto[2]

[1] Mestrando em Ciência Política do Centro Universitário Euroamericano. Brasília, DF
[2] Professor do programa de Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Euroamericano. Brasília, DF

Resumo
O presente estudo tem como objeto demonstrar o papel das políticas públicas em educação com relação à pobreza. Cria-se como hipóteses a profundidade da influência da pobreza no desenvolvimento familiar perante a eficácia das políticas públicas sociais, bem como as políticas públicas educacionais, traçando um perfil histórico tanto das políticas assistencialistas relacionadas ao processo educacional quanto sua aplicabilidade de abrangência. Objetiva-se com a presente pesquisa, a princípio, traçar um perfil de eficiência das políticas educacionais, bem como seu impacto social, tomando como base a atual conjuntura econômica e política, para tanto, desejou-se aqui, mostrar aspectos de fragilidades de abrangência e adequação dessas políticas educacionais. Na pesquisa documental e de campo, com a amostra de cinquenta alunos de uma escola pública federal que teve cerceados seus direitos de estudo à época regular, através de uma ação metodológica de grupo focal, conseguiu-se perceber que o País pratica as políticas públicas, mas ainda a "passos de tartaruga", mas que poderiam ser melhoradas se o âmbito de aplicação fosse mais próximo às famílias. Finda-se o presente, sem uma proposição conclusiva decisiva pelo fato de a pesquisa ainda continuar sob outros aspectos que surgiram quando da presente pesquisa.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Educação, Pobreza

Abstract
This paper studied to demonstrate the role of public policies in education in relation to poverty . It creates hypotheses as the depth of the influence of poverty on family development before the effectiveness of public social policies and educational policies , tracing a historical profile of both welfare policies related to the educational process and its applicability of coverage. Objective with this research , in principle , to draw a profile of efficiency of educational policies as well as their social impact , based on the current economic and political situation , for both, is wanted here , to show aspects of weaknesses covered and appropriateness of such educational policies . In documentary and field research, with the sample of fifty students from a public school that had curtailed their rights to study the regular season , through a methodological focus group action , we were able to realize that the country practicing public policies , but still the " turtle steps " , but that could be improved if the application were closest families . This ends up without a decisive conclusive proposition because the research is still continuing under other aspects that emerged when the present research.

Key words: Public Policy, Education, Poverty

Introdução

Objeto desse estudo é retratar o papel das políticas públicas em educação com relação à pobreza. Conjectura-se como hipótese o quão profundo as políticas públicas em educação podem influenciar no desenvolvimento familiar, qual seria essa relação de "pobreza"...

Justifica-se este trabalho tendo a educação nos últimos tempos atrelada aos discursos dos políticos e alicerça suas plataformas de trabalho, porém ao ocupar o cargo que pleiteava a situação mantinha-se como as plataformas de outrora, a bem da verdade os processos educativos também são frágeis, todo mundo (quando dizemos todo mundo nos referimos à todos aqueles parlamentares, dentre senadores e deputados, no Congresso Nacional), que sem qualquer conhecimento e-ou formação adequada, ou mesmo sem ao menos ter adentrado em uma sala de aula (senão no passado como aluno) formulam bases legislacionais frágeis, com certa aderência ao favoritismo, invalidando qualquer presságio de esperança na qualidade plena da educação (com segurança, respeito, dignidade a todos os atores do processo, inclusive familiar).

Nesse sentido, faz jus enveredarmos nesse estudo com respeito àqueles que algum dia tiveram podadas suas fantasias de estudar e não podiam, pelo fato de terem de trabalhar visto que a educação era distante[1] e sem mito acesso.

Os objetivos que permearão a prova dessa pesquisa serão, o principal como traçar um balanço das políticas públicas em educação destinadas aos jovens no DF e seu impacto diferenciador se levarmos em conta, na atual conjuntura, muitos ainda estão fora da escola, e como periféricos perceber como as ações preliminares dessa pesquisa prevêm um estudo sobre políticas públicas de maneira geral, depois aprofundar esse trabalho sob um olhar mais aguçado das políticas educacionais, em especial a LDB recente, e por fim mostrar quão frágil são essas políticas cuja abrangência não se adequa em toda a população, deixando "furos".

Como ferramenta estruturante metodológica da presente pesquisa fragmentou-se em partes conceituais e prática para acercar a teoria de sua eficácia.

O documento será dividido em quatro partes. Na primeira apresentaremos uma síntese do atual debate que a professora Guiomar Namo de Melo efetivou sobre políticas públicas de educação em nível nacional, onde se constata que ela volta a ocupar lugar central nas estratégias de desenvolvimento político a nível de governo, seja em função do impacto tecnológico sobre a organização e gerenciamento do trabalho, seja em função das novas formas de exercício da cidadania em sociedades plurais e saturadas de informação. Nessa mesma linha, faremos uma associação com as ideias de Yannoulas com seus estudos sobre as políticas de educação e sua relação com a pobreza.

Na segunda parte faremos um breve diagnóstico sobre as políticas públicas em educação que são adotadas no ensino fundamental no Brasil, destacaremos dois aspectos: o padrão de gestão governamental e alguns indicadores de produtividade e desempenho, relacionando-os com o problema da eqüidade. As metodologias de repasses das verbas, desde os princípios da Constituição Federal de 1988, até mesmo com os programas de governo condicionantes de assistência financeira à população.

[1] Quando dissemos distantes, temos como termo correto a distância metrológica, muitas vezes escolas longínquas e sem condições ou facilitações para o transporte, bem como da vontade, do anseio e da oportunidade, o velho jargão – "pobre não pode estudar tem de trabalhar".

Na terceira parte procuraremos fazer indagações sobre os novos padrões de gestão da política educacional do ensino não apenas fundamental, mas o Médio também, partindo da definição de objetivos e prioridades nacionais e da articulação desses objetivos e prioridades com o fortalecimento da organização escolar, com a necessidade da população como um todo.

Na quarta parte apresentaremos algumas opções de políticas, sem sermos pretenciosos em mudar as presentes legislações, mas tentando identificar dificuldades e necessidades de estudos e informações que são necessários para subsidiar essas opções.

1 - Gestão Governamental e políticas em públicas: os processos de redemocratização das políticas de governo.

Desde os movimentos de democratização da política nacional, eclodidos em 1984 com a campanha de "Diretas Já", face às fragilidades enfrentadas pelo governo militar na gestão do País, o povo brasileiro cansado de perceber os governos encarecer a vida pública, bem como as consequências do crescimento desordenado da dívida pública com o FMI, e um desemprego acirrado. "A falência do Estado dos anos 80 pediu reformas, sendo a globalização o crescimento dos fluxos de comércio e do investimento internacional em níveis superiores aos do crescimento da produção" (MINADEO, 2013), assim, com a vitória da democracia nas bases de governo, através das eleições do então presidente Tancredo Neves, tendo assumido pelo Sarney, o governo inicia-se o processo de adoção de medidas de controle da máquina estatal , com abertura política mais transparente e de atuação direta nas ações em favor do povo.

Nesse aspecto a primeira decisão do governo foi reconstruir a Carta Magna, a qual ficou pronta em 1988, tendo sua magnitude de aplicação a democracia do governo brasileiro, então, para que se pudesse fazer valer a legislação "máter", adota-se o desmembramento de governança, tendo cada esfera governamental suas atribuições bem definidas e delineadas pela estrutura da política nacional, cabendo a cada um dos entes governamentais metas, responsabilidades e objetivos específicos. E, percebe-se, nesse ínterin, a determinação de uma certa autonomia de gestão, promovendo a cada um dos organismos regionalizados, a decisão de aplicar recursos públicos, por exemplo, bem como definir as metodologias de ações que fossem mais pertinentes a cada característica de governo, sem, no entanto, ferir as legislações vigentes, bem como as normatizações superiores. "Os gastos públicos são um motor de arranque, capaz de relançar o consumo e o investimento (...)" (MINADEO, 2013), tendo essa premissa como justificativa das ações governamentais, o Estado necessita de intervir na economia como agente vital para sustentar o sistema político e econômico, com objetivos de manter o interesse comum da população do País.

Para tanto, a gestão das políticas públicas, com a prática das atividades relacionadas ao diagnóstico e planejamento, execução e análise das ações políticas estabelecidas pelo governo, em suas esferas administrativas. Adota-se princípios de diretrizes diferenciadas para o estabelecimento de metodologias ativas capazes de resolver problemas nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente. Assim, surge-se os programas com naturezas específicas, capazes de analisar as situações de prioridade dos mais diversos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, e sua consequente adoção de medidas que visam sanar tais casos, porém definindo estratégias entrelaçadas com a viabilidade econômica e política de cada poder do Estado.

Tendo a transferência das responsabilidades de implantação das políticas públicas mais centradas nos problemas regionais das mais diversas localidades, os governos iniciam-se

uma série de sistematizações de programas para definir os rumos e as consequências das políticas governamentais, tendo como foco o processo de qualidade e abrangência dessas, ou seja, resultados e benefícios. Então, definidas "quem", "onde", "o que", "quando", "para quem", "quais as consequências", e resultados esperados, inicia-se um processo de coordenação integrado regionalizado para debater sobre essas necessidades vinculadas ao processo de participação do povo nas decisões do governo, provocando com isso uma transparência na forma de fazer política pública.

Essas coordenações regionalizadas dos programas de governo, visam a responder as demandas da população, sob a égide do sucesso da qualidade do serviço público. Tais princípios descentralizados de gestão, abrigam modelos de políticas que visam ampliar os efeitos da máquina pública, ampliando e efetivando os direitos de cidadania, criando oportunidades e alternativas ao povo brasileiro de ter seus interesses não apenas nas mãos daqueles os quais detém o poder, mas também em suas responsabilidades. Cabe ressaltar aqui que são estabelecidas autonomias, porém com sua validade estrutural e condicional, ou seja, cada esfera governamental tem estabelecidos seus limites de ação e atuação, cabendo assim, traçar as ações conforme suas atribuições. Ressalta-se com mais veemência que essas autonomias, além de sociais, traduzem uma importância econômica também, visto que também está em jogo os aspectos do desenvolvimento econômicos (ARRETCHE, Marta, 2006).

Importante lembrar nesse momento, antes de seguirmos com as condicionantes desses princípios de coordenação autônoma das políticas públicas, é que as políticas públicas do país divide-se quanto à sua natureza ou grau de intervenção, sendo estrutural e conjuntural ou emergencial (ambas com ações definitivas de aplicação e caracterização das políticas); em outro aspecto as políticas se separam também quanto à sua abrangência, ou seja, se universais (para todos os cidadãos), se são segmentadas (se atenderão a determinada parte da população, definidas como amostra específica), e, se são fragmentadas (atendimento a grupos específicos das segmentações populacionais). Chegamos então nos resultados dessas políticas que impactam nas relações sociais como sendo distributivas, a partir do momento que visam compartilhar os benefícios; redistributivas quando visionam beneficiar a grupos sociais, mas com o intuito da prática da equidade; e regulatória, que busca definir regras e procedimentos reguladores do comportamento dos organismos políticos, em favor de atender aos interesses gerais da sociedade, deixando claro que não visam os benefícios imediatos de qualquer um dos grupos sociais.

Assistimos assim, uma predominância do neoliberalismo político e econômico permissivo de adoção de políticas com características mais arraigadas ao controle total dos espaços de participação da sociedade, adotando programas de condicionamento econômico, promovendo uma prática tributária com destinação das arrecadações beneficiária dos programas de governo das mais diversas áreas (MARTINS, Humberto Falcão, 2007).

Essa dicotomia nas interpretações das políticas públicas traduzem uma visão liberal que se opõe à um partilhamento universal dos benefícios que a política pública pode proporcionar, diante de seus objetivos, permitem uma leitura de que as políticas públicas possuem um caráter protecionista e assistencialista, de modo a incentivar até o "ócio social". Essa concepção faz com que o Estado tenha um caráter não apenas de cumpridor de deus deveres para com a sociedade, mas interesseiro de suas próprias vantagens, vosto que cada político que insere em sua plataforma de governo medidas e metodologias de atendimento e amparo social, sai vitorioso nos pleitos eleitoreiros. Nesse aspecto, vivemos nos dias atuais, uma seriedade de governo, com a implantação dos mecanismos de transparência, alvo das políticas sérias de governo, desmistificando, ainda a passos lentos, os "fantasmas" da política

de interesses individuais, que até então não deixou de ser praticada pelos representantes do povo, mas com maior consciência da participação democrática.

Nesse aspecto, analisando as dimensões das políticas públicas em âmbito nacional, percebe-se um complexo processo constante de reformulação da identidade política governamental, com centralização no desenvolvimento social do País construindo uma espécie de hegemonia estatal refletida em demandas cada mais eficazes. Citamos como maneira de confirmar essa colocação, a adoção de estratégias de fiscalização descentralizada, ou seja, a criação das agências reguladoras de políticas fiscalizadoras e implementadoras de mecanismos que obrigam aos governos a articular suas ações tendo como princípios: "democratização, sustentabilidade, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida" (TEIXEIRA, Elenaldo C. 2012).

Para essa participação efetiva e eficaz da sociedade civil, necessitou-se de identificar ações e acompanhá-las não apenas no âmbito de planejamento, mas também nos momentos de execução e avaliação dessas medidas, fazendo cumprir uma chamada agenda de responsabilidade política, que compreende algumas etapas tais como: "elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico" (TEIXEIRA, 2012) com a finalidade de perceber as prioridades de cada governo, estabelecendo critérios de precedência das atividades; e segundo a identificação de "experiências de sucessos" em outras políticas de governo, com avaliação de abertura a novas instrumentalizações e abrangências; depois a formulação de uma assembleia pública para debate público das ações e participações dos chamados "atores" do processo (sociedade civil, militar e organismos públicos); posteriormente, a publicação das decisões e articulação das metodologias de resolução e aplicabilidade dos projetos, identificação das fontes de recursos, parcerias, e implementação de sustentabilidade financeira para a execução desses; e então, iniciada a execução, momento de avaliar se o planejamento está sendo cumprido a contento, se os resultados serão mesmo os aguardados, uma avaliação de possíveis implementações de novas políticas e programas correlatos.

Cumprindo essa praxe administrativa, ou adotando essas metodologias regulatórias e democráticas na gestão pública, prevê-se o saneamento mais efetivo do governo nos problemas de ordem política, permitindo até mesmo o desenvolvimento dos programas com cooperações tanto de outros organismos estatais, para estatais bem como da iniciativa privada. Não temos a pretensão de dizer aqui que a salvação da administração pública esteja no simples cumprimento dessa praxe informada, mas há de se perceber que a fragilidade das políticas de governo deixam de ser o ponto fraco de uma gestão e passam a ser uma segurança de ação governamental, uma vez que quando dissemos sobre a discussão pública dos planos de governo, estamos nos referindo ao papel dos Conselhos estabelecidos e implantados em localidades estratégicas para adoção das políticas que melhor convier àquela população. Percebemos sucessos em ações dessa natureza nos programas aplicados à educação e à saúde, quando percebe-se uma mudança nas estatísticas do desenvolvimento social das comunidades nessas áreas estratégicas, tais como a criação de conselhos municipais de educação, conselhos regionais e municipais de saúde, desenvolvimento de audiências públicas para desenvolvimento ambiental e urbano, a formulação de planos diretores nas localidades com população acima de vinte mil habitantes, dentre outros.

Finaliza-se essa reflexão destacando que o País caminha para o sucesso da administração Pública, porém não há garantias de que todas as políticas adotadas até aqui sejam duradouras, infelizmente há fragilidades nas ambientações políticas quanto ao partidarismo, ou seja, qualquer político que não deseja mais desenvolver a política adotada

pelo seu antecessor, consegue facilmente influenciar para que possa fazer mudanças e reestabelecer objetivos outrora primasiados. Então, diante da fragilidade dos interesses políticos, há de se imaginar que ações dessa natureza poderão ocorrer. O que justificaria um sucesso condicional das políticas públicas seriam o condicionamento de término das ações anteriormente adotadas e caso sejam alteradas somente com a participação do interesse da sociedade civil.

2 – Histórico breve sobre as políticas de educação no Brasil

A política educacional encontra-se entre uma das mais significativas políticas sociais de uma das menos favorecidas alocação de recursos para o seu desenvolvimento, incluídas as pesquisas de infreaestrutura escolar, qualidade dos serviços ofertados, bem como qualificação dos professores que visem à oferta de uma educação de maior eficiência, "o que requer a aplicação de uma política séria, capaz de alavancar o progresso e o desenvolvimento com uma melhor qualidade e qualificação da mão de obra que coloca no mercado brasileiro todos os anos" (GUILHERME e SALVADOR, in YANNOULAS, 2013, p. 139).

Por outro lado, a luta por uma educação universal, de qualidade, com recursos próprios para o seu fim, não tem ficado em branco ou apenas nos discursos vagos dos políticos, avanços se deram significativamente no curso das últimas décadas e, bem recentemente, tem-se apresentado uma maior sensibilidade do governo federal em comprometer-se seriamente no avanço no setor da educação pública, como assegurar o direito básico e gratuito da educação ao universalizar o acesso à faixa etária dos 4 aos 17 anos, alocar os percentuais devidos das esferas governamentais em orçamentos exclusivos para a educação pública, ressalta-se aqui a recente alocação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB para a educação pública. Aliado a isso tem-se a conquista da chamada Lei da Transparência, que permite à sociedade civil, entidades de classes e organismos interessados, em acompanhar a destinação e aplicação dos recursos, bem como o acompanhamento e gestão desses. Recomenda-se então que uma conquista de tal porte deve ser acompanhada com acuidade e com as devidas cobranças da sociedade para com os gestores governamentais.

No Brasil, uma das formas de enfrentar a perversa tradição do orçamento fiscal foi a criação dos fundos sociais para assegurar a ampliação dos direitos sociais, por meio do orçamento público. Para a política educacional, a Constituição assegura que, tanto a União, quanto o Estado e os Municípios devam destinar percentuais registrados de suas arrecadações para a educação. Em 1996, através da Lei no. 9.424 foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvoldvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, essa norma determinava que das parcelas que o Estado e Municípios destinassem à educação, 60% deles eram exclusivos para manutenção do ensino Fundamental, porém, em 2006, esse fundo transformou-se, ampliando suas responsabilidades, passando para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Nesse último, além das responsabilidades declinadas pelas arrecadações dos Estados e Municípios, a União também deveria completar essa parcela com significado repasse completando o efetivo de 20% para a Educação Básica que compreende o Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio. Para regulamentar essas ações o governo instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educalção – FNDE, cujas responsabilidades seriam de controlar a gestão dos recursos, bem como agilizar suas

aplicações na esfera executiva. Convém registrar que com a ampliação da competência da União nos repasses, o "FNDE registrou um avanço de R 3,2 bilhões disponibilizados em 2007, para R 5,1 bilhões em 2010" (GUILHERME e SALVADOR, in YANNOULAS, 2013, p. 141) .

Todo esse aspecto "glorioso" da educação nos dias atuais deve-se ao fato da promulgação da Constituição de 1988 – CF/88, para assegurar e ampliar os recursos para a educação, foram criados através das emendas constitucionais esses mecanismos e organismos que provêm a alocação e gerência dos recursos na educação. Conforme os próprios autores, há de se considerar destaques importantes nas políticas educacionais após a implantação da CF/88, como: - promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em 1996; - A alocação dos fundos da educação vinculados à: FPM (Fundo de Participação dos Municípios), FPE (Fundo de Participação dos Estados), Lei Kandir, ICMS, IPVA, IPI, Imposto sobre produtos industrializados para exportação - IPIexp, Imposto Territorial Rural - ITR, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis – ITCMD. E ainda, com o advento da CF/88 a criação do PNE – Plano Nacional da Educação, onde definiram metas dos chamados Planos Decenais, onde era estabelecido um planejamento junto às escolas sobre os gastos dos recursos próprios.

No Caso particular do DF, foi instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, entre 2007 e 2010, onde 21,72 % das arrecadações do Governo do Distrito Federal – GDF, somados aos repasses da União chegaram a totalizar até 64% de repasses para a Educação, e mesmo assim, percebe-se um "sucateamento" das escolas do DF. Aliados a essa questão, os autores questionam sobre a redução dos valores de repasse, conforme os dados disponibilizados no Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF . Então, nesse sentido, ao ser pesquisado, explorou-se as questões acerca dos escândalos políticos de favorecimentos a programas de apoio à educação, como os de informática na escola, em que se viu a compra de inúmeros equipamentos a preços exorbitantes, porém, já em desuso pelo mercado, servindo como sucatas logo em seguida, assim como um outro programa, como o Educando Sempre, que desenvolvia as capacidades da Educação de Jovens e Adultos – EJA, montaram-se estruturas em algumas escolas porém não capacitou professores para tal atividades, acarretando no cancelamento do programa.

A crítica que se constrói nesse aspecto é que as políticas de educação existem e vão bem, porém a gestão, comandos de execução e fiscalização é que são frágeis e insuficientes, face não apenas às regionalidades territoriais, mas também às discrepâncias dos objetivos políticos segmentados. Embora o DF possua um orçamento que lhe permita alavancar como a melhor educação do país, e praticamente erradicar o analfabetismo, assim como a evasão escolar, há problemas periféricos que impedem o GDF em focar apenas no desenvolvimento educacional local. Uma educação desigual é percebida no DF em virtude da grande massa populacional do Entorno de Brasília que procuram as escolas do DF, sendo que cada um com realidades completamente dicotômicas que, indiretamente, socialmente interferem nas destinações dos recursos, por exemplo, se o governo destina, digamos 14% para a merenda escolar baseada nas necessidades da população do DF, sabemos que torna-se insignificante esse valor em considerar as necessidades dos alunos oriundos do Entorno. Há então, uma organização entre os governos locais que estudam diversas metodologias de lidar com essas divergências sociais que, mesmo que de maneira indireta, interferem no cumprimento das políticas públicas de educação.

3 - Análise da situação administrativa educacional

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece um regime de cooperação solidária, ao mesmo tempo em que define a maneira como o político colabora na consecução do grande objetivo e oferece educação pública, gratuita e de qualidade a todos* (artigo 206). Para Fernando Henrique Cardoso as mudanças na Educação e na Carta Magna de 88 (Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.1996) com revogação do artigo 60 das disposições constitucionais transitórias e alteração no artigo 212 – parágrafo 5º determina que o ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhido pelas empresas na forma da lei.

Partindo do pressuposto vê-se que há preocupação no ensino fundamental, com projetos como, o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que está ligado ao desenvolvimento do ensino até a 8ª série. Deixando assim a desejar o ensino médio – consequentemente a evasão escolar.

Para estes problemas, a solução poderia partir do governo com incentivo a programas de estudos, programas de divulgação relativos ao orçamento nacional, incentivadores ao ensino médio e programas como Amigos da Escola e FUNDEF, cursos regulares e de aperfeiçoamento para os administradores escolares e orientadores.

Certos problemas, como a falta de incentivo do governo e gasto com várias necessidades da população, podem, e acarretam na evasão prejudicando até a desistência do retorno aos estudos.

Os gastos decorrentes são transporte, xerox, alimentação, material escolar, e outros. Trabalhar muito cedo para o sustento da família como no interior do país, e a gravidez precoce de jovens, por falta de informação adequada e comunicação (dialogo). Estes fatores são passos dados para trás, sendo que se como no governo de Itamar Franco com o Ministro da Educação Murilo Hingel (professor universitário de Juiz de Fora, ex-Secretário Estadual de Educação em Minas Gerais) com o compromisso abrangia pontos consideráveis:

1. Educação é a verdade e prioridade nacional.
2. Todo o brasileiro tem o direito à educação de qualidade.
3. A política educacional deve resultar de uma elaboração participativa capaz de dar unidade às ações educativas dos diversos organismos do governo no âmbito nacional.
4. É indispensável o desenvolvimento da capacidade crítica pelo processo educativo diante da comunicação social, entendido como uma responsabilidade da família, da escola e da comunidade.
5. Há de ser assegurada, progressivamente, a gratuidade total para o aluno do ensino fundamental (1º grau), desde que resolvidos em um primeiro momento os problemas do ensino de responsabilidade do Poder Público. Essa gratuidade está assegurada também em níveis de Ensino Médio e no ensino superior nas unidades escolares de responsabilidade do Poder Público Federal.
6. O educador será devidamente valorizado como pessoa, como cidadão e como profissional.
7. A educação terá que vivenciar com serenidade adulta, tranqüilidade e segurança os conflitos e tensões sociais que envolvem o educando.
8. As unidades e instituições de ensino em geral, serão convocadas a se colocar a serviço do desenvolvimento do ser humano e da sociedade, da transformação das estruturas econômicas, jurídicas e sociopoliticas injustas, da procura de uma sociedade mais participativa e solidária e de uma cultura encarnada na vida do povo.

O agravamento da crise econômica, com a maior vulnerabilidade daqueles setores mais pobres da população, e que lamentavelmente são maioria em países como o Brasil, faz aumentar a responsabilidade do Estado na oferta de uma educação de qualidade para a população. "Conciliar tal imposição que o movimento exige – que representa um imperativo ético – com os interesses de grandes corporações que desejam apropriar-se de bens públicos em nome de uma nunca provada maior eficiência dos serviços privados, é um desafio à capacidade profissional de adaptação a estes novos tempos" (YANNOULAS, 2013, p. 126).

Nesse quadro cambiante, onde o agravamento da crise econômica abala o alicerce das convicções tradicionais que conduziram à formação de inúmeras gerações de educadores – estes devem estar atentos a respeito das possibilidades e limites que oferece o discurso pedagógico num espectro de carências tão agravadas. A exaltação da importância da educação somente é relevante para os grupos sociais organizados quando introduz o componente de cidadania. Por essa via a educação assume a sua verdadeira dimensão política de instrumento de participação social e insere a criança, jovem e o adulto no processo de auto-acepção mais ampla não implica apenas na presença do aluno na escola. Ela se dá também como processo de participação, de reivindicação e de luta política. Neste sentido, alguns movimentos ocorridos no Brasil em defesa da criança, da escola pública, dos direitos da mulher e outros, têm significado importante instrumento de avanço e consolidação dos direitos sociais.

Nessa busca de novos interlocutores que reforcem e auxiliem a ingente tarefa de expandir e melhorar a atuação da escola, como instrumento de conquista da cidadania, os educadores devem fazer também um esforço adicional, no sentido de superar o discurso economista que tende a ressurgir com redobrado vigor antes às teses privatizantes que se insinuam no interior de muitos países. É óbvio que a dimensão econômica tem a sua importância e minimizá-la seria enorme ingenuidade. No entanto, não se pode permitir que nas administrações dos nossos sistemas de ensino brasileiro – sejam eles federal, estaduais ou municipais – os economistas sigam ditando as regras do que deve e do que não deve ser feito em matéria educativa. Em muitos países, inclusive no Brasil, são os Ministérios da Fazenda e do Planejamento os que determinam as políticas da educação, através da fixação de critérios de alocação de recursos, cronogramas de desembolso, empréstimos externos etc. Resgatar a importância do setor educativo perante os setores populares organizados, que valorizam e reconhecem a importância de um bom sistema escolar, exige novas formas de atuação do profissional da educação em termos de planejamento e gestão.

Nesse horizonte animador a educação só pode dar certo, e o planejamento poderá então se dedicar à tarefa de equacionar prioridades, estabelecer planos de melhoria qualitativa em todo sistema, sobretudo no ensino fundamental, e efetivamente contribuir para que a educação seja um instrumento de redistribuição de oportunidade sociais. A consolidação dos sistemas democráticos reforça a educação política e por isso aumenta também a cota de responsabilidade do cidadão na cobrança de melhores serviços educativos.

Na medida em que a escola é um foco de interação entre pessoas que estão muito próximas (pais, alunos, professores, funcionários, grupos comunitários) e os planificadores, pelo próprio trabalho, devem estabelecer proposições que possam, se possível, atingir todo o sistema sem ocorrer ruptura de comunicação e de possibilidade de aceitação pacífica das inovações. A saída possível, pelo menos no Brasil, é seguir a inovação proposta pelo seu enunciado nominal, pela sua aparência, dando assim uma satisfação aos órgãos centrais de que se está fazendo o proposto e, ao mesmo tempo, seguindo o ritmo habitual de trabalho estabelecido, sob outros parâmetros. Isso ocorre com os guias curriculares propostos pelos órgãos especializados, e acontece também com as recomendações de que a escola deve interagir com a comunidade, vivenciar seus problemas e seus interesses.

Em estudo sobre a gestão do sistema educacional brasileiro (Garcia, 1987) salientou que a administração educacional cria sua própria dinâmica de funcionamento, estabelece seus próprios ritmos e limites de atuação. Assim, a troca permanente descontínua na administração do sistema central, faz com que esta atenda muito mais às suas próprias motivações do que às decisões maiores da política educacional traçada. As relações de poder que se estabelecem entre os funcionários da estrutura burocrática com outros setores da administração pública tornam muito difíceis as inovações.

A legislação educacional, que abrange desde a Constituição ou a Lei Nacional de Educação, até instrumentos mais restritos como decretos, portarias, resolução etc. constituem o veículo mais habitual para implantação das inovações no sistema educativo. Enquanto o planejamento tem a preocupação de racionalizar o curso da ação, quantificando metas e objetivos num espaço de tempo previsível, a legislação, em sua forma habitual, cumpre uma função menos rígida e mais abrangente, uma vez que a sua duração nem sempre é determinada, e seus efeitos podem durar por muito tempo.

No Brasil, ocorre que a legislação educacional atende diferentes funções, que devem ser muito bem detalhadas para que se possa ter a exata dimensão de suas possibilidades. Antes de representar um consenso, às vezes ela tem o significado de uma prospecção sobre o futuro, a indicar as grandes linhas de uma ação possível, que só se materializa muito tempo depois. Nesta direção, segundo alguns estudiosos (Cunha, 1981), no Brasil a legislação seria uma antecipação da inovação, ao abrigar certas ideias-forças que direcionariam as lutas e as reivindicações educacionais. Nesse sentido, seu compromisso com a realidade presente num determinado momento histórico seria muito tênue, quase inexistente, operando mais ao nível pedagógico das ideias.

A legislação, como fonte de inovação, é importante também por permitir exame acurado das vinculações mais marcantes entre a educação e a política. No Brasil, sob o regime militar, a legislação foi extremamente eficiente (Garcia, 1983) no sentido de sociedade, sem que necessariamente tenham ocorrido as inovações na prática educacional. Assim, a escola de 8 anos, a educação profissionalizante, a organização universitária, afora outras proposições, encontram abrigo na legislação nova que se estabelece nos anos 60 e 70. Para tanto, educadores foram chamados e em posições importantes, tanto nos órgãos centrais de planejamento como nos Conselhos de Educação – Federal e Estaduais, puderam contribuir para a configuração de um novo quadro institucional da educação.

A não-sintonia da legislação com a prática não deve, no entanto, desmerecer a importância pedagógica que aquela tem na condução desta. Há perfeita consciência por parte dos educadores e de setores sociais expressivos, do que deve ser feito para melhorar o sistema educacional.

Não existe uma regra única que garanta o sucesso de uma inovação educativa, da mesma forma que não se dispõe de um único critério para avaliar o que é um bom professor ou o que é uma boa escola. Tudo parece surgir que se tem de recorrer a grandes indicadores, que embora também possam ser imprecisas, dadas justamente as suas enormes abrangências, pelo menos são reveladores de que a instituição educativa está cumprindo seus objetivos básicos de construção da cidadania. E essa afirmação já remete, portanto, ao fato inegável de que um bom sistema de ensino é aquele que responde satisfatoriamente aos objetivos que justificam a sua criação e existência. E aqui, novamente, todos acordam que num Estado moderno o sistema educativo tem sua missão intimamente associada à construção da cidadania, de equalização de oportunidades e de aberturas de possibilidades para o crescimento, tanto individual quanto dos grupos socialmente organizados.

Neste sentido, a evasão e a repetência são injustas, na exata medida em que subtraem oportunidades de crescimento individual e social, punindo quase sempre, por razões de natureza sócio-econômica, aqueles setores que não encontram as mesmas oportunidades para permanecer e ascendes na escada de educacionalidades muito amplas, sem que estejam devidamente contextualizadas, perdem sua eficácia e às vezes são utilizadas como formas de desmobilização política. As experiências de municipalização da educação, promovidas desde o governo central, efetiva muitas vezes, no Brasil, com interesses mais políticos do que educacionais, geram frustrações e fornecem argumentos aos que persistem na defesa da centralização.

A importância da educação, no entanto, faz com que políticos, sequiosos por agradar seus eleitores, reconheçam essa nova realidade, propondo maior envolvimento do poder público com a questão educacional. A contrapartida é que, nos dias de hoje, as promessas são cobradas com maior insistências pela população. Associações de toda natureza reforçam a prioridade educacional da sociedade e a Conferência Mundial de Educação para Todos[2] colocou na ordem do dia, no final do século XXI, a educação como política pública relevante. De outra parte, o direito à educação entra na agenda dos grupos organizados da sociedade e, muitos reivindicaram nos tribunais a disponibilidade de vagas nas escolas públicas (Oliveira, 1998).

A ampliação das demandas educacionais, aspiração amadurecida da sociedade brasileira, em processo de redemocratização durante os anos oitenta e noventa, encontra grandes obstáculos com o agravamento da crise do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, a partir dos anos sessenta, com a internacionalização da economia, a crescente dependência de capitais externos, o extraordinário crescimento das dívidas interna e externa, configurando um quadro que exige soluções capazes de enfrentar um processo de ruptura com os padrões propostos pelas grandes potências (alternativa de riscos incalculáveis) ou aceitar programas que levassem avante a abertura econômica e de alinhamento com as diretrizes dos organismos financeiros internacionais. Prevaleceu a segunda orientação, com a ascensão de Collor ao poder, que se consolida com Fernando Henrique Cardoso. Entre os dois, o governo Itamar, como interregno que tentou adiar o desfecho que viria a se tornar inevitável. Nessa perspectiva, a análise da questão educacional como político público torna-se relevante.

O momento marcante da Conferência Nacional de Educação para Todos foi a aprovação do Acordo Nacional de Educação para Todos, proposta que foi trabalhada no âmbito do Grupo Executivo, do Comitê Consultivo e do Fórum Permanente do Magistério, grupos que assessoravam o ministro no Plano Decenal.

Desses debates participaram, entre outros, organismos como o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED -, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME – CRUB, Fórum dos Conselhos de Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. As principais conclusões do Acordo indicam os compromissos de cada ator público com respeito ao ensino fundamental, o piso salarial profissional para o professor (que viria a ser consolidado em documento firmado ao final do ano de 1994). A respaldar todas as propostas, a indicação de que "... o acordo configura-se como um pacto pela qualidade" na expressão de Hingel (Brasil, 1994).

A Constituição Federal de 1988 foi o principal referencial em que se apoiaram os elaboradores do Plano Decenal e do Acordo dele decorrente. Tanto é verdade que nos

[2] Evento realizado em Brasília-DF no período de 29 de agosto a 02 de setembro de 1994.

compromissos previstos, no item 1, mencionam-se, explicitamente, a imperiosa necessidade de manutenção do artigo 212 e o cumprimento dos percentuais mínimos de financiamento educacional. Da mesma forma, reitera-se a importância do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias (que mais tarde viria a ser suprimido). Os signatários do Acordo propuseram, ainda, ações emergências, em que a mais importante referia-se ao piso salarial nacional dos professores, tema que vinha sendo debatido pelo Fórum e que gerou documento-compromisso firmado ao final do governo.

O governo Fernando Henrique Cardoso assume o país com amplo apoio popular, advindo da estabilidade da moeda. A equipe econômica praticamente se mantém com a mesma orientação inicial do Plano Real, com forte restrição do crédito e elevadas taxas de juros. No início de 1995, no setor educacional, o governo inicia um novo ciclo. Na expressão do próprio chefe de governo, educação "é considerada elemento essencial para a conquista de uma sociedade mais justa, solidária e integrada, requisito para o pleno exercício da cidadania e condição para o desenvolvimento econômico". O mesmo documento revela também que somente pela Educação o país terá condição de passar ao grupo dos países desenvolvidos, podendo participar ativa e soberanamente da globalização e da integração dos mercados. A ênfase na qualidade aparece associada à questões de melhor desempenho no trabalho.

A modificação da estratégia global de condução da política educativa, com a substituição de uma atuação calcada no exercício do regime de colaboração (União, estados e municípios) e na maior participação de outros atores, como os professores, na definição das linhas básicas, como ocorreu nas propostas do Plano Decenal, vai criando resistências e dificuldades que podem inviabilizar esforços importantes para uma real transformação educacional do país.

A ação intensiva do MEC, ocupando espaços, sem uma interlocução que efetivamente exercite a colaboração com estados e municípios, responsáveis pela política de ensino fundamental, pode estar gerando novos fatos que são ainda difíceis de avaliar. O repasse de recursos diretamente às escolas, por exemplo, sem um envolvimento maior dos estados e municípios no acompanhamento das ações, pode significar, em muitos casos, desperdício ao invés de ganhos expressivos. A implantação da medida (Monteiro, 1995) provocou inúmeras observações de secretários estaduais que mencionaram desde a dificuldade de prestação de contas até o critério de cálculo de valor do repasse, tomando o número de alunos como base**.**

4 – Enquadramento situacional da população amostra face às políticas públicas em educação

A amostra definida para o desenvolvimento desse trabalho foram 50 alunos dos cursos técnicos Móveis e Reciclagem de formação complementar do EM, alunos do Instituto Federal de Brasília, campus Samambaia. Inicialmente foi solicitado autorização ao comitê de ética da Unieuro para desenvolvimento e validação das pesquisas, e em seguida solicitado autorização da diretora do Campus Samambaia do IFB, cujas cópias seguem e capítulo anexo a este.

Na primeira reunião com os alunos sobre a proposta de participarem de um grupo focal, onde seriam sondado junto desses sobre as questões sociais que permeiam o cotidiano daqueles, somente dois alunos ficaram retraídos em participar do trabalho em grupo, sendo, após, essa reunião, realizado uma entrevista somente com os dois. Todos os alunos são oriundos do EM de escola pública, formados em diversas localidades do País. Uma grande parte desses, cerca de 40% estão empregados com salários que permeiam de um a três mil

reais, outra pequena parte com salários até mil reais, e uma parcela também pequena, cerca de 25% que está desempregada.

Ainda nessa primeira sondagem foi questionado, após as apresentações, sobre as impressões que aqueles alunos tinham das escolas à época que estudaram, visto muitos estarem na faixa etária acima dos 30 anos de idade (cerca de 80%), comparando com as escolas na atualidade, e todos foram unânimes em dizer que hoje a vida dos alunos "está mais facilitada", emendando em informar que hoje o governo possui um olhar melhorado e diferenciado na educação que nos "tempos mais antigos".

No próximo capítulo evidenciaremos uma espécie de exclusão diferenciando os alunos que, de alguma maneira tiveram uma subtração de sua vida social causadas pelo afastamento da escola quando na época regular dos estudos face a falta de alguma política que pudesse reporta-los na continuidade dos estudos. Nós os diferenciaremos, porém não excluiremos aqueles que não se sentiram afetados pelo objeto dessa pesquisa, e ainda faremos as distinções mais relevantes adotando pseudônimos numéricos em virtude do efetivo amostral.

A Economia da Educação, enquanto um ramo da Economia, não se restringe somente a problemas de custeio e financiamento de vagas nas escolas, abrangendo questões tais como, a estrutura ocupacional da força de trabalho, as práticas de recrutamento e promoção utilizadas pelos empregadores, a migração da força de trabalho, os padrões de comércio internacional, a distribuição da renda pessoal, a propensão à poupança, além do mais comum, o crescimento econômico.

Ora, tratando-se da Teoria do crescimento e da Economia do Desenvolvimento, de uma forma ou de outra, nota-se que a questão educacional encontra-se presente. É a aquisição de educação que fornece oportunidades aos indivíduos, e são justamente os investimentos nesta área que asseguram o desenvolvimento de um país.

Portanto, ao se investir em educação e, tendo em vista a escassez de recursos, a administração eficiente e eficaz dos recursos será aquela que observa que a educação busca objetivos múltiplos, tem um ciclo longo, baseia-se nos costumes e na tradição (o que muitas vezes, implica mudança cultural), tendo importante papel na formação da riqueza de um país.

O Brasil não é considerado um país pobre ou com alta vulnerabilidade econômica, porém, o que atrapalha o nosso país é a desigualdade social e de renda. Segundo dados de 2011, no Brasil, 8,5% da população vivia em famílias com renda inferior à fixada pela linha de indigência e 15,1% abaixo da linha de pobreza.



Fonte:*http://educadoresurbanos.wordpress.com/2012/09/30/tags-pobreza-educacao-vocacao-esperanca/*

Esses percentuais correspondiam a 16 e 25 milhões de pessoas, apesar das diminuições de casos registradas nos últimos anos. Programas sociais como o Bolsa Família e o Brasil carinhoso, implementado nos governos Lula e Dilma, o Brasil tem conseguido diminuir a desigualdade de renda e mantendo o objetivo de acabar com a pobreza no país até 2014 (SOARES, In: YANNOULAS, 2013, p.94).

O Governo Federal considera como extrema pobreza familiar a família que possui renda mensal abaixo de 70,00 reais por pessoa. Porém, não há um consenso universalizado no país sobre o real nível para detecção da extrema pobreza familiar e social. Segundo pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo), por exemplo, a miséria deveria ser caracterizada no Brasil pelo nível de acesso à rede de esgoto.

Em maio de 2011, o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome confirmou os dados apresentados neste artigo, a identificação de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza foi realizada pelo IBGE (pelo Instituto de Geografia e Estatística) sob encomenda do Governo Federal para guiar o programa "Brasil sem Miséria"[3].

Baseado nos princípios de que a pobreza relaciona-se diretamente com as conformidades do mundo moderno, numa entrevista ao portal da UFMG a professora Luana Macieira4 respondeu a vários questionamentos que utilizaremos como um dos fatores que nos ajudará na conclusão deste tópico e deste trabalho.

O primeiro questionamento foi sobre os estereótipos relacionados à pobreza e educação são obstáculos para a melhoria do ensino fundamental. No entendimento da professora o maior estereótipo que se relaciona entre educação e pobreza é que todos os

[3] Fontes:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39
http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/brasil-tem-1627-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza.html

[4] Profa. Mestre Luana Macieira efetivou uma pesquisa em âmbito acadêmico para exigências de estudos prévios de tese de doutorado, mas não publicados em documento oficial, apenas no portal da UFMG

pobres são "burros", e que consequentemente, todos os "burros" são pobres. Alia-se a essa conclusão pesquisas ultrapassadas que ligava o fracasso escolar ao status social do aluno. Ressalta-se, que esse aspecto negativo ainda perdura em algumas sociedades e mentalidades políticas espalhadas nesse imenso País. Emendamos em informar que para medir esse fracasso, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), esse índice mede a qualidade da escola, tendo como base o desempenho do estudante e as taxas de aprovações dos alunos.

Um segundo questionamento refere-se ao processo de culpabilidade, sendo a pobreza apontada como a principal vilã do fracasso escolar, como sendo um entrave para o desenvolvimento do aluno na escola. Ainda há mentalidades docentes que atribuem pensamentos associativos de que os alunos pobres sempre vão tirar notas baixas, como se o aspecto avaliativo fosse apenas através de instrumento formal; e ainda, há gestores educacionais que desconhecem o funcionamento dos programas do governo suplementares à educação, que poderiam ajudar aqueles alunos, como os de assistência estudantil, de transporte escolar e uniformes - os de livro didático e merenda escolar são mais conhecidos. Ou seja, há um certo desencontro de informações acerca do conhecimento sobre ações que poderiam ser adotadas para melhorar a situação dos alunos mais pobres na escola como também fora dela.

A terceira indagação que Luana propõe retrata sobre as formas de quebrar os paradigmas dessa visão preconceituosa que liga a meritocracia educacional com os aspectos socioeconômicos. Nesse sentido, percebe-se que a política de qualificação do corpo docente ainda deixa a desejar, ainda precípua o tradicionalismo na formação desses, e por conseguinte, esses novos docentes adentram as classes escolares com a mentalidade de seus antecessores, ou seja, nada muda, de certa forma, reiteram estes estereótipos. Não se diz aqui que os professores estejam sendo formados inadequadamente, ou que devessem ser inseridos na pobreza para ministrarem suas aulas, mas na pesquisa que a professora realizou, percebeu-se que seria mais importante que esses professores aprendessem a compreender a situação social de pobreza em que muitos alunos estão inseridos. Nessa mesma pesquisa realizada por Macieira ainda pode apontar que as professoras analisadas "não tiveram contato com a questão social durante a formação profissional, de modo a ajudá-las a compreender a desigualdade social como um problema coletivo que interfere no aprendizado", e não como um problema individual daquele aluno. Então, quer dizer que o estereótipo do senso comum deve ser revisto e analisado não como causa e efeito, nem como condicionante, mas como fator a ser modificado.

Outro questionamento refere-se ao fato de como a questão do mérito escolar se articula à pobreza, se é verdade que alunos pobres tiram notas menores na escola. Na pesquisa alvo dessa discussão há posicionamento de professores entrevistados que suscitam a ideia de exigir um "desempenho escolar elevado para os alunos beneficiados com programas de governo, como o Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo". Luana relata que "algumas professoras relataram que o recebimento de uma bolsa do governo deixava as famílias "acomodadas" e que, por isso, esses alunos precisariam ser avaliados também pelas notas". Ora, se formos pensar nessa forma de contra-partida nas exigências educacionais, como teríamos de fazer (??), o pai irá ficar vigiando as notas do filho também na escola, e o processo avaliativo, será mesmo eficiente para atrelar a esse "sucesso" na oferta do benefício (??) quão punitivo será esse benefício (??), as crianças não podem apresentar então problemas de aprendizagem (??). "Isso é uma incompreensão total do significado e da origem da situação de pobreza", a palavra pobreza não é apenas um amontoado de letras com significação social fortuita, traduz uma sensação ativa que está sendo desencadeada numa determinada família,

não deve ser pensada como uma opção de vida. Ressalta-se aqui que a função social do benefício do PBF é oferecer à criança um direito à proteção social, e, a "bolsa não deve depender do seu mérito escolar, a criança tem direito à bolsa por ser cidadã". Será tão difícil os professores refletirem na "problemática da pobreza ainda no seu curso de graduação" para compreenderem melhor a situação dos "pobres" que estejam sob seus cuidados?.

O Brasil não disponibiliza algum programas de transferência condicionada de renda que seja específico para reduzir o impacto da pobreza no ambiente escolar, o PBF é mais abrangente, e fruto da coesão de vários outros programas que vigoravam no País desde outros governos, decerto não é a única maneira de resolver o problema da pobreza ou de contornar o preconceito contra o aluno pobre, mas contribui muito. Programas como o PBF podem não trazer soluções exterminadoras da pobreza, mas são necessários para atender necessidades imediatas. Algumas professoras da pesquisa de Luana Macieira relataram que os alunos pobres não iam à escola por falta de transporte, outros não se sentiam motivados porque as famílias não tinham dinheiro para comprar lápis, caderno e outros materiais escolares de uso individual. O dinheiro do PBF, por exemplo, pode ajudar nessas situações familiares graves, e certamente o seu valor mensal não é tão alto que leve as famílias a se acomodarem, como também não é o suficiente para um tipo de enriquecimento econômico, apenas um "placebo". "O Brasil tem uma Constituição Federal que determinou vários avanços sociais, mas os estabeleceu em período de grandes restrições econômicas, que fazem com que nossa sociedade permaneça uma das mais desiguais do mundo". Enquanto essa situação persistir, será difícil perceber que a pobreza merece ser respondida política e coletivamente.

Concluindo as indagações da Profa. Luana Macieira, SOARES (2013, In YANNOULAS, p.95-96) traduz-nos que no relatório educacional de 2010, há um desafio no campo educacional não seria apenas a universalização do ensino fundamental, "visto que 84% dos jovens de 15 a 17 anos vão à escola", porém a metade se inserem no EM, o que justifica a política educacional ampliando os benefícios e exigências aos jovens de 17 anos[5].

Em nossa nova etapa evidenciaremos a questão da evasão escolar do EM, aportando as questões dos custos médios elencados em pesquisas anteriores as novas políticas educacionais em vigor, com a finalidade de provar se ainda persistem as influências na manutenção dos alunos, reafirmadas pela população amostra que colabora com o presente estudo.

5 – Desenvolvimento das pesquisas de campo

No que diz respeito às aplicações ou abrangência das Políticas Educacionais outrora disponibilizadas aos alunos do Ensino Médio, há de se perceber pela fala dos alunos escolhidos para a pesquisa que, apesar de serem eficientes, não traduzem uma amplitude a qual se esperava.

A amostra escolhida, cerca de cinquenta alunos dos cursos técnicos profissionalizantes do Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia, os alunos dos cursos de Técnico em Móveis e Reciclagem dos II e IV módulos, foram reunidos na sala 01 do Campus da 2ª. Avenida Sul, Quadra 304, onde foram questionados à princípio sobre a forma que cursaram o Ensino Médio, e em que época da vida desses.

Cerca de 30% cursaram o EM no período regular, entre 15 e 18 anos, os demais somente cursaram após os 25 anos de idade, tendo, desses, 68% terminado a modalidade através de programas supletivo e outros correlatos.

[5] Emenda Constitucional no. 59, de 11 de novembro de 2009.

Em alguns aspectos da entrevista, deixaram claro que a necessidade de formar família e cuidar da casa dos pais foram os principais empecilhos para a continuação dos estudos, e todos sem exceção disseram não ter recebido nenhum incentivo do governo para a continuidade dos estudos. E, no momento, estão aproveitando a oportunidade para o desenvolvimento profissional, apesar de 80% deles já possuírem uma ocupação no mercado, porém não apresentaram ser o que era o esperado, conforme relata 14 deles.

Nas entrevistas uma grande parte dos alunos manifestaram o interesse de deixar bem claro que teriam uma vida melhor nos dias de hoje se à época de seus estudos houvesse as políticas de educação mais abrangente. Muitos deles oriundos do nordeste foram taxativos em dizer que só deixaram de estudar para trabalhar e ajudar na casa, então, analisando a amplitude de aplicabilidade do PBF, esses trazendo à tona lembrança de referências do passado juvenil, perceberam e emendaram dizendo que se houvesse um PBF eficaz àquela época, na atualidade seus próprios pais estariam muito bem posicionados na sociedade, bem como todos os irmãos e filhos educacionalmente.

Aqui não estenderemos a pesquisa delineando a população amostra pelas alcunhas em virtude do interregno até o seu desfecho, visto não estar conclusa ainda, mas pelo que foi proposto refletir neste artigo, já retrata suficientemente os objetivos elencados. Os alunos que foram entrevistados observaram que as facilidades existentes para acesso à escola na atualidade serviram de incentivo para que os mesmos retornassem aos estudos visando uma melhor colocação no mercado de trabalho. A totalidade informou ainda que, se não tivessem assumido responsabilidades que possuem no presente, como família, dentre outros, teriam continuado os estudos e alguns cogitaram até já estarem formados nos cursos dos sonhos[6].

Quando são questionados acerca das políticas públicas sociais à época em que estiveram em sala de aula no EM ou EF nas localidades onde residiam, uma minoria mas considerável, cerca de 28% disseram que era apenas a merenda escolar e os materiais, como caderno em brochura, lápis, borracha e a "cartilha", uma outra boa parte disse que as políticas educacionais valiam-se apenas no fornecimento de merenda escolar, mesmo assim, quando existia e racionada para o EF, mas não para o EM. Comparando a escola em que frequentaram com as escolas em que seus filhos frequentam na atualidade, nossos contribuintes evidenciaram que até as práticas educativas modificaram, os professores estão mais presentes na sala de aula, não detém os princípios do tradicionalismo como evidenciaram em suas épocas, a própria escola possui uma característica mais diferenciada, mais humanizada e com ações mais presentes aos alunos, sem distinção ou discriminação. Pois evidenciamos a pesquisa da professora Macieira quando foi levantada a questão de pobreza aliada ao fracasso escolar, e a quase totalidade respondeu que não tem fundamento, visto que de qualquer forma os pais cobravam muito a presença e os valores bons das notas dos filhos. Que muitos não tinham o que comer em casa, mas que cumpriam seu papel na escola com o devido valor.

Uma parcela considerável dos alunos informaram que o governo a partir de Fernando Henrique Cardoso investe mais em questões educacionais que nos anteriores, e que os investimentos fazem diferença nas sociedades nos dias atuais, hoje as crianças parecem amis felizes quando vão à escola, parecem estar mais inteligentes e com maior acesso às novidades e tecnologias. Muitos também disseram que a "tal da globalização" faz com que as pessoas que têm filhos na escola se desdobrem além das medidas governamentais para manter as crianças nas escolas, face às exigências das didáticas escolares contemporâneas.

[6] Esses sonhos educacionais aos quais os alunos relataram são diversas áreas de formação, variando desde Administração, Direito e até Medicina.

Para findarmos o presente tópico questionamos aos alunos acerca da valorização dos políticos quanto ao papel da escola e do professor e a unanimidade imperou quando disseram que a educação brasileira passa por um processo quantitativo sem efetividade, ou seja, quanto mais crianças nas escolas melhor, pois o governo recebe vários incentivos por manter um grande volume numérico nas escolas, porém, quando se trata de qualidade na educação, incentivos na segurança educacional, deixa a desejar.

6 – Considerações finais

Terminamos esse estudo sem concluir as verdadeiras influências que as políticas públicas de educação poderá causar, ou influenciar efetivamente na vida do brasileiro, tendo em consideração que esse estudo requer um maior prazo, bem como várias análises, uma vez que nossas avaliações e participações d e nossa amostra ainda não é suficiente para descrevermos ou detectarmos uma falha na abrangência das ditas políticas educacionais, bem como dos programas assistenciais relacionados.

Ainda assim nossas considerações ao analisarmos os históricos dos programas sociais, e das políticas correlatas nos permitiram perceber que o Brasil avançou inúmeros passos no âmbito da credibilidade da população da eficácia desses benefícios sociais, porém ainda assim, merece e requer que haja mais seriedade por parte daqueles que detém o poder de disponibilizar esses programas.

Consideramos, finalmente, que os jovens brasileiros merecem uma maior atenção dessas políticas em virtude de ainda sentirem-se amarrados ao protecionismo, face as agruras que a vida profissional oferece. Percebe-se que o jovem necessita de um preparo maior para enfrentar os desafios do mundo, saber escolher melhor seu desenvolvimento profissional. Deveria haver uma política educacional mais incisiva que pudesse acompanhar o desenvolvimento do aluno inclusive na sociedade econômica, completando o ciclo da educação, sim, pois do que adianta o governo apoiar o jovem até determinado momento, sendo que não se termina essa etapa por falta de trabalho adequado, ou da exploração dos empresários.

Referências

ABRUCIO. F.; SANO, Hironobu *Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras*. IFCI/ AECID / MPOG. Brasília: Editora IABS, 2013. http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2013-03-22.7520531906/vol_8_associativismo_intergovernamental.pdf/view

BRASIL, Ministério da Justiça. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9.394-96.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional para Educação Básica – FUNDEB, Lei 9.644.07.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos et al. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 7 ed. São Paulo, Editora FGV, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.) *Política públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São

Paulo: Saraiva, 2006.

DELLORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. 5.ed. Cortez. São Paulo – SP, 2001

GARCIA, Walter E. Direito à Educação: financiamento e Estado. In: CUNHA, Celio; SOUZA, José Vieira; SILVA, Maria Abadia (org). Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Brasília, Autores Associados- UnB, abril-2012. Campinas-SP

GDF – Governo do Distrito Federal, Tribunal de Contas do Estado. Conferência de Políticas Educacionais. Brasília-DF, 2011

MARTINS, Humberto. Políticas de gestão pública no governo Lula: um campo ainda fragmentado. *Revista eletrônica sobre a reforma do Estado*. N. 5. Mar/abr/mai 2006. http://www.governomatricial.com.br/novo-site-din/publix/publicacoes/publicacao_11-07-2011_09-59-30Artigo.pdf

MARTINS, Humberto Falcão. Reforma do Estado na Era FHC: Diversidade ou fragmentação da agenda de políticas de gestão pública. *Revista eletrônica sobre reforma do Estado*. N. 10, 2007.
http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-10-junho-2007-HUMBERTO%20MARTINS.pdf

MARTINS, Humberto Falcão . *Uma Teoria da Fragmentação de Políticas Públicas: Desenvolvimento e Aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública*, Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, 2003.
http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3264/ACF24.pdf?sequence=1

MELLO, Guiomar Namo de. Políticas públicas de educação**.** *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.13, pp. 7-47. ISSN 0103-4014.

OLIVEIRA, Dalila. Educação Básica – gestão do trabalho e da pobreza. Vozes, Petrópolis-RJ, 2000.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury Teixeira. O desafio da gestão das redes de políticas. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.
http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043204.pdf

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2012.
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

YANNOULAS, Silvia Cristina (org). Política Educacional e Pobreza. Brasília. Liber Livros. 2013.